

Performance, processos de diferenciação e constituição de sujeitos

Iracema Dulley

Professora Colaboradora da Universidade Federal de São Carlos (DCSo/PPGAS)

idualleyufscar@gmail.com

Lorena Avellar de Muniagurria

Pesquisadora de Pós-Doutorado da Universidade Estadual de Campinas (IA/UNICAMP)

loreavellar@gmail.com

Neste dossiê, reunimos pesquisas que discutem processos de diferenciação e constituição de sujeitos em sua dimensão performativa. A ideia que motivou sua organização foi a de pensar etnograficamente os efeitos performativos derivados da incongruência produtiva entre posicionalidades sociais e os termos a partir dos quais elas são designadas. Sendo a relação entre linguagem e mundo, bem como entre localização social e seus designadores, não de sobreposição, mas de descompasso e deslocamento, a possibilidade de transformação performativa está colocada. Contudo, de um ponto de vista etnográfico, não é sempre que a performance produz algum tipo de descontinuidade. Assim, um questionamento que serve de fio condutor à leitura dos textos que compõem este dossiê é em que medida os processos de constituição de sujeitos por eles descritos representam uma continuidade ou ruptura com aqueles que os precedem. Trata-se de algo a ser verificado etnograficamente, caso a caso, a partir de incursões etnográficas variadas. Os engajamentos etnográficos dos artigos que compõem este dossiê possibilitam uma reflexão sobre processos de constituição de sujeitos que escapem à oposição hegemônica entre “nós”, “ocidentais”, e “eles”, “outros”, e, portanto, à pulsão totalizante. Isso é feito não só a partir do exame das categorias a partir das quais consideramos que os sujeitos observados etnograficamente são constituídos contextualmente, como também a partir da diversidade de campos de estudos com os quais os artigos dialogam.

Conforme veremos, os temas abordados pelos artigos a seguir são variados, oferecendo, em seu conjunto, exemplos bastante diversos de processos de constituição de sujeitos. No texto que abre o dossiê, Juliana Carneiro da Silva investiga a constituição de sujeitos árabes e/ou muçulmanos interpelados pela categoria “terrorista” no Brasil; Cauê Krüger analisa o trabalho de uma companhia de teatro “infradramático” e “performático”, bem como as representações e deslocamentos sobre raça e brasilidade que suas peças promovem; Luiz Henrique de Toledo reflete sobre casos em que torcedores de futebol trocam de time; Matheus França analisa a constituição de masculinidades no universo da música sertaneja; Bru Pereira de Araujo discorre sobre a instabilidade de gêneros entre ameríndios e euroamericanos; Carlos Eduardo Costa, sobre a fabricação de corpos e chefes no Alto Xingu. Os referenciais adotados pelos artigos são diversos: pós-estruturalismo, estudos pós-coloniais, etnologia, estudos de gênero e teoria *queer*, antropologia simbólica, estudos sobre performance, antropologia das emoções. Voltaremos a cada um desses trabalhos ao longo desta introdução.

É possível dizer que a questão antropológica clássica da representação da alteridade aparece, aqui, sob a forma do problema da nomeação do outro¹. Em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, Said (2007) aponta para a insuficiência e parcialidade política da perspectiva orientalista em termos de sua capacidade de representação. Isso se deve ao fato de que o orientalismo não mantém com o suposto Oriente uma relação de sobreposição: “nem o termo Oriente, nem o conceito de Ocidente tem qualquer estabilidade ontológica; cada um deles é constituído pelo esforço humano, em parte de afirmação e em parte de identificação do Outro” (Said, 2007, p. xii)². Nesse sentido, as afirmações sobre “o Oriente” não podem ser tomadas como constativas, ou seja, passíveis de serem empregadas em uma descrição sobre o mundo que possa ser considerada verdadeira ou falsa. É esse o caso porque não há “o Oriente” ou “o oriental” com o qual afirmações descritivas poderiam ser eventualmente comparadas para que sua veracidade ou falsidade pudesse ser atestada. A crítica de Said é importante na medida em que não pretendemos pensar a constituição de sujeitos a partir de um discurso generalista ou perspectiva totalizante, mas compreender tais processos mediante um engajamento com as condições de possibilidade que estruturam produções discursivas particulares. Trata-se de produzir descrições de processos segundo os quais sujeitos são localizados e deslocados em contextos distintos levando em conta as categorias que os designam e a

1 Para uma discussão detalhada a esse respeito, ver Dulley (2019).

2 Em inglês no original, como publicado no prefácio à reedição da obra em 2003: “neither the term *Orient* nor the concept of the *West* has any ontological stability; each is made up of human effort, partly affirmation, partly identification of the *Other*”.

relação destas com os lugares sociais que esses sujeitos ocupam. Para tanto, há que se ter em mente a necessária disjunção entre os processos interpelativos e os sujeitos por eles designados.

Outras referências, além de Said, inspiram nossa proposta de contemplar processos de constituição de sujeitos e diferenciação: as discussões de Hall (1996) e Brah (1996) sobre como a identificação e autodesignação como *black* – termo que anteriormente apontava para a subalternidade de quem era por ele designado – estendeu-se, na Grã-Bretanha dos anos 1970, a imigrantes de origem caribenha, africana e asiática como forma de reivindicação política, tendo sido fragmentada no contexto de multiculturalismo subsequente; a descrição de McClintock (1995) sobre os imbricamentos entre as categorias de raça, gênero, sexualidade e classe no contexto colonial britânico na África do Sul; a descrição seminal de Fanon (2008) em “A experiência vivida do negro”, onde o autor relata como a posicionalidade social de “um negro” lhe foi imposta a partir de seu enquadramento como tal por outros, em um processo interpelativo a partir do qual lhe foi conferido um (não) lugar na sociedade francesa; a análise de Butler (1997) sobre a positivação dos termos *negro* e *queer* na performance político-discursiva de afirmação de designadores anteriormente concebidos como ofensivos. Partindo de referenciais distintos, os artigos deste dossiê trazem exemplos que corroboram o que é colocado pela bibliografia aqui discutida: que categorias como raça, classe, gênero ou sexualidade – ou, ainda, categorias mais particulares como chefia, brasilidade, terrorista ou torcedor – apesar de frequentemente tomadas como constativas, mantêm uma relação de instabilidade e ambivalência com aquilo que pretendem designar. Ora, isso aponta para seu caráter performativo, isto é, situacional, contextual, aberto à transformação.

Em *Excitable Speech* (1997), Butler mobiliza a oposição entre constativo e performativo desenvolvida por Austin (1962), o conceito de interpelação de Althusser (2001), a teoria da prática de Bourdieu (e.g. 1996; 2002) e a noção de (não) sujeito de Foucault (e.g. 1982) para sua teorização sobre processos de constituição de sujeitos. Segundo sua teorização, em tais processos, os sujeitos formam-se, como proposto por Althusser, a partir do enquadramento que resulta de sua interpelação, por meio da qual seu lugar social é simultaneamente atribuído por outro e interiorizado – o exemplo clássico é o do policial que diz, “ei, você!”, e elicia uma resposta do interpelado quando este se vira para trás, em reconhecimento de seu lugar de sujeito. Butler acompanha Austin (1962) em seu entendimento de que o que faz com que uma enunciação seja eficaz é a relação que ela mantém com as convenções sociais vigentes em determinado contexto. Assim, as enunciações atribuem lugar aos sujeitos porque são rituais, ou seja, são repetidas ao

longo do tempo e remetem a um quadro de referências que as informa. Por sua vez, a teoria da prática bourdiana permite expandir a interpelação para o cotidiano das práticas e disputas sociais, nas quais distinções são produzidas e, como resultado, os sujeitos passam a ocupar os lugares que lhes cabem. Como Bourdieu estava menos interessado em processos de subjetivação do que de constituição de *habitus* – a incorporação, pelos agentes, de disposições que servirão de guia para suas ações – é em Foucault que Butler irá buscar uma definição de sujeito.

Ao afirmar que o poder transforma os indivíduos em sujeitos, Foucault define “sujeito” como aquele “sujeito a outrem por meio do controle e da dependência e preso a sua própria identidade por meio da consciência ou do autoconhecimento” (Foucault, 1982: 781). No texto em questão, “The Subject and Power”, em seguida a tal definição, Foucault afirma que a única maneira de compreender os processos de assujeitamento seria por meio da atenção às formas anárquicas e imperfeitas de resistência a eles que se verificam no mundo vivido – algo que nos interessa ao considerarmos a distância colocada entre a demarcação de diferenciações e a forma como estas são atualizadas nas práticas e experiências sociais. Elemento central, ainda, no entendimento butleriano acerca da constituição de sujeitos é a questão da linguagem. Uma vez que consideramos a relação entre linguagem e posicionalidade social fundante para os processos de constituição subjetiva, importa recuperar as contribuições de dois autores mobilizados por Butler: Lacan (e.g. 1985), para quem a linguagem constitui e cinde os sujeitos na medida em que estes se inserem naquela apenas de modo imperfeito, e Derrida (e.g. 1973; 2010; 2012), o qual propõe um questionamento do conceito de signo que embasa tanto o estruturalismo quanto a fenomenologia de modo a esfumçar a oposição entre linguagem e mundo que estrutura a fantasia do constativo.

O conceito derrideano de iterabilidade (Derrida, 1972) embasa a reflexão de Butler sobre as possibilidades de transformação que resultam da enunciação iterativa de designadores como *negro* e *queer* (1997). Em sua releitura do performativo austiniano, Derrida parte da instabilidade inerente à sobreposição entre significante e significado para propor uma teoria acerca das possibilidades de transformação advindas do potencial de deslocamento que tal instabilidade institui. Assim, para Derrida (1972), a iterabilidade está calcada na disjunção constitutiva da relação entre significante e significado que determina que o performativo seja caracterizado por sua possibilidade de falha. Se os efeitos de deslocamento advindos dessa relação instável podem-se fazer sentir no mundo social, trata-se de olhar para os processos iterativos sem supor de antemão se a repetição ritualizada, ao citar uma convenção, terá seu significado deslocado ou não. No caso

específico dos termos *negro* e *queer*, a iteração desses designadores reinscreveu-os em novos contextos, sendo que tal recontextualização fez com que fossem ressignificados positivamente nas últimas décadas.

Um artigo a tratar sobre iterações é o de Cauê Krüger, que etnografa a produção da companhia brasileira de teatro, enfocando especialmente duas de suas peças: PROJETO BRASIL e PRETO. Acionando discussões do campo da *performance art* e da antropologia da performance, Krüger apresenta-nos o teatro “performativo” e “infradramático” da companhia – vale esclarecer que performativo e infradramático correspondem, aqui, a categorias êmicas, tratando-se de regimes dramáticos contemporâneos que, de maneiras distintas, opõem-se ao drama moderno. O autor descreve como o grupo valoriza e explora porosidades, incompletudes, fragmentações e ambiguidades visando ao deslocamento de signos e convenções da tradição teatral dita dramática. Segundo ele, os processos de criação de texto, ensaios e montagem da companhia, bem como suas apresentações, procuram suscitar deslocamentos de pontos de vista e, assim, descentramentos subjetivos, tanto nos integrantes da companhia quanto no público. Trata-se de um caso instigante porque nos oferece um exemplo de iteração que, propositalmente, visa tirar proveito do caráter instável, complexo e politicamente tenso de categorias como raça e classe, investindo na construção de uma visão de Brasil – talvez fosse melhor falar em uma experiência de Brasil – que não se dê na chave da representação.

Portanto, vemos como, moldadas na prática da performatividade cotidiana, as fronteiras de demarcação social não são apenas historicamente constituídas em relação a contextos socioculturais e político-discursivos determinados; elas são também porosas. E porosidade deve ser entendida, aqui, não só no sentido de que o estabelecimento de uma fronteira clama por sua transgressão (Derrida, 1992), efetivamente realizada no mundo social em diversas instâncias, mas também no sentido de que a designação de um marcador, frequentemente assumido como categoria de identificação, mantém uma relação de deslocamento com as práticas e experiências que a linguagem nos obriga a conter sob uma mesma interpelação. Assim, o significante que designa sujeitos social e politicamente situados não se cola ao seu significado, mas mantém com este uma relação de descolamento que coloca, a cada performance ou evento iterativo, a possibilidade de que sua significação seja deslocada. Nessa *différance*, isto é, ato de diferir e adiar (Derrida, 1972) cujo deslocamento é ao mesmo tempo social e linguístico, iteram-se permanências e transformações prático-discursivas em relação às quais os sujeitos se constituem.

É isso que mostra a reflexão de Luiz Henrique de Toledo acerca da “reconversão” de torcedores no universo do futebol. Realizado em diálogo com a dialética entre convenção

e invenção proposta por Wagner (2010), seu artigo é um exemplo de como os significados de um termo ou posicionalidade podem ser estendidos, e assim transformados, em processo ao qual Wagner (1972; 1986) chamou metaforização. Ao tentar entender a possibilidade de troca de time – ideia, a princípio, quase que inconcebível dentro de um sistema percebido como fixo e baseado em identidades essencializadas – Toledo ofereceu-nos um caso particularmente interessante para pensar o poder criativo e inventivo das transgressões. Segundo o autor, no caso em questão, ao mudar de time, o torcedor contrainventa a relação entre “torcedor” e “time do coração” e produz, assim, uma nova forma de torcer. Interessante perceber que toda iteração abre a possibilidade de um descolamento e deslocamento: no exemplo oferecido por Toledo, como bem nos lembra o autor, a troca de “time do coração” é um fenômeno estatisticamente raro; mas, justamente por tratar-se de um sistema tido como fixo e fechado, basta uma ocorrência para abrir um campo de possibilidades novas para o que seja a experiência do torcer.

Outro artigo da coletânea a tratar de disjunções é o de Matheus França, que discute a constituição de masculinidades a partir de uma etnografia sobre espaços de sociabilidade da música sertaneja, um universo cotidiano de jovens predominantemente heterossexuais de camadas médias urbanas. Engajado em uma discussão sobre as emoções e a eficácia da experiência musical na produção e demarcação de diferenças, França aponta um descompasso interessante. De um lado, no comportamento cotidiano dos frequentadores desses espaços, o autor encontra modos de ser “homem” que aderem à masculinidade hegemônica, marcada por performances agressivas, heteronormativas e de comportamento predatório em relação a mulheres. Haveria, ali, a exigência de uma masculinidade que não autorizaria os homens a se emocionarem. Contudo, nas canções e em algumas performances artísticas, emerge a figura do homem que sofre e, inclusive, chora – em um universo onde grande parte do repertório do sertanejo investigado versa sobre o cotidiano amoroso, as músicas de “sofrência” têm espaço garantido. A vivência e performance de masculinidades outras se daria, assim, no campo da poesia. França pretende mostrar como, ainda que um universo se conforme à masculinidade hegemônica, há espaço para tais disjunções e, como resultado, para a presença de modos variados de performar masculinidades.

Assim, como já deve estar claro, pretendemos, mais do que afirmar que o lugar social do “negro”, da “mulher” ou do “homem”, do “torcedor”, do “árabe”, do “chefe” ou do “brasileiro” em dado contexto sociocultural é este ou aquele, explorar os cambiantes processos por meio dos quais tais designações se constituíram e constituíram sujeitos. Inclusive, se levamos a sério a ideia derrideana de que todos os significantes mantêm

uma relação instável em relação ao significado para o qual apontam, não se poderia pressupor que um mesmo significante necessariamente aponta para um mesmo referente. O trabalho de Juliana Carneiro da Silva, que discute como a designação de “terrorista” vem sendo aplicada a imigrantes árabes no Brasil, é especialmente revelador nesse sentido. Em sua análise, trata-se não de descrever o que é um “terrorista” no Brasil – o que suporia a possibilidade do constativo – mas de compreender como tal categoria de acusação se constitui em um contexto de interpelação específico, que mantém continuidades e rupturas com os contextos que o precederam. Carneiro atenta para como tais designadores contribuem para situar e/ou deslocar socialmente sujeitos designados como “árabes”, os quais, contudo, excedem tais designações. A autora mostra como os sujeitos chamados de “terrorista” são capazes de deslocar e questionar o sentido dessa interpelação pejorativa – por exemplo, divulgando contradiscursos. Contudo, em alguns casos, fazem isso valendo-se da própria estrutura que pretendem enfrentar. O principal exemplo que seu texto nos oferece nesse sentido é o caso de Mohamed, o qual, para diferenciar-se do imaginário brasileiro sobre árabes e muçulmanos, termina por dialogar com esse imaginário e aderir a ele: para defender-se de uma interpelação pejorativa e violenta que o acusava de “terrorista”, ele, refugiado sírio, afirma que os árabes “terroristas” permanecem no Oriente Médio, sem questionar, portanto, a associação entre árabes, Oriente Médio e terrorismo.

Vemos a importância de considerar simultaneamente processos de constituição de sujeitos e as práticas e experiências de sujeitos específicos, que tanto interiorizam quanto extrapolam os lugares sociais a eles atribuídos (Butler, 1990). Afinal, como observa Chakrabarty, há uma relação “necessariamente instável entre qualquer ideia abstrata e sua instanciamento concreta” (2007: xii). A questão da instabilidade constitutiva no que diz respeito aos processos de constituição de sujeitos é explorada em seus desdobramentos filosóficos por Bru Pereira de Araujo a partir de uma contraposição entre a obra de Paul Preciado e discussões sobre gênero no âmbito da etnologia. Araujo discute as instabilidades de gêneros entre ameríndios (particularmente entre os Mehinaku) e euroamericanos aplicando a teoria *queer* a materiais etnográficos clássicos. Interessa à autora a experiência da identidade sexual ou de gênero como realização necessariamente instável e como, em ambos os casos, ela cria sujeitos que projetam sua instabilidade no mundo. Se isso poderia, em princípio, ser dito em relação a qualquer tipo de construção identitária, o interessante, na comparação desenvolvida por Araujo, é o efeito de esfumaçamento das fronteiras entre “nós” e “eles” que resulta quando se contrapõem universos que são, nas demarcações caras ao senso comum, concebidos como completamente distintos.

A já clássica discussão presente na etnologia sobre a centralidade do corpo nos

processos de constituição de sujeitos entre ameríndios, bem como sobre como estes são instáveis e relacionais, é explorada tanto por Araujo quanto por Carlos Eduardo Costa. Costa oferece-nos uma descrição e análise da produção de lutadores, de chefes e da chefia no Alto Xingu. Trata-se de um caso interessante para pensar a necessidade de contínua reiteração de uma estrutura social para sua manutenção – caso este que talvez confirme a ideia de que, no mundo social, a instabilidade constitutiva da relação entre significante e significado nem sempre se reflete na transformação dos contextos socioculturais. Em seu artigo, o autor mostra como, apesar de os atuais chefes serem filhos e netos de chefes anteriores, a filiação não é suficiente para a constituição dos sucessores. Chefes devem ser bons lutadores, e isso resulta de reclusões prolongadas que demandam um grande investimento não apenas individual, mas familiar, pondo à prova a capacidade da família de um chefe para agenciar os recursos necessários a uma reclusão longa e adequada, capaz de produzir um corpo forte, um bom lutador e, assim, potencialmente, um chefe.

Se os processos de constituição de sujeitos são marcados pela relação entre linguagem, corpo e posicionalidade social, é necessário também levar em conta as relações que se estabelecem entre as várias designações posicionais que contribuem para situar um sujeito contextualmente. Tal reflexão tem sido desenvolvida especialmente por parte dos estudos voltados para a interseccionalidade, para os quais os sujeitos se constituem no entrecruzamento entre as categorias que os localizam no tecido social³. Hall (2000), a partir de uma discussão sobre a erosão das identidades homogêneas e unificadoras, lembra-nos de que se os lugares sociais só podem ser compreendidos atentando-se para a interseccionalidade entre designações raciais, étnicas, de gênero, de classe, etc., cada aspecto da constituição de um sujeito opera de forma relativamente autônoma. Assim, se nenhum sujeito se esgota em sua posicionalidade social, nem tampouco no processo de incorporação das interpelações acima mencionadas, parte importante de sua localização no tecido social se dá a partir da conjunção das identificações que o podem qualificar – algo reiteradamente afirmado, também, por autoras como Crenshaw (1991), hooks (1981) e Davis (2016).

No que diz respeito à interseccionalidade, Avtar Brah (1996) defende que é mais produtivo considerar a forma como os processos de diferenciação articulam-se em contextos socioculturais e políticos distintos do que propor teorizações universais a respeito da forma como um designador de posicionalidade social determina outro ou é determinado por ele. Concordamos com a afirmação de McClintock (1995) de que não se deve olhar para os designadores de posicionalidade social como se já estivessem dados

3 Para uma apreciação geral acerca dos estudos sobre interseccionalidade, ver Piscitelli (2008).

de antemão – a autora mobiliza a imagem de peças de Lego a serem encaixadas pelo analista – mas para a forma como se articulam em cada contexto empírico específico e, nessa articulação, contribuem para a construção de categorias como raça, gênero, classe e sexualidade. Ao afirmar que categorias como essas não podem ser tratadas como tropos a partir dos quais outras categorias são organizadas hierarquicamente, McClintock (1992) questiona as narrativas de gênese de maneira semelhante a Spivak (1985). Sua afirmação de que as categorias sociais não existem isoladamente busca enfatizar sua existência em relação a outras categorias, relação esta marcada por contradições e desigualdades.

Nas pesquisas que compõem esta coletânea trata-se, portanto, de explorar as ambiguidades e contradições que se colocam em processos de constituição de sujeitos, nos quais a agência destes tanto pode reforçar os dispositivos de poder quanto deslocá-los. Se sujeitos são constituídos em processos que os situam e/ou deslocam, fazendo com que passem, assim, a ocupar posições sociais que ensejam ou restringem possibilidades determinadas e contextuais de ação e experiência, isso se dá a partir de sua diferenciação em relação a outros lugares sociais possíveis. Ora, tal diferenciação se dá performativamente e pode ser apreendida por meio de análises histórico-etnográficas atentas à imbricação entre as dimensões macro e micro de tais processos. Assim, no seu conjunto, os artigos que integram este volume tratam de processos particulares de nomeação, classificação, apresentação, inscrição, deslocamento, disjunção e reiteração que evidenciam a distância e a relação entre linguagem e mundo, o descompasso entre a fala e o corpo que a sustenta, bem como a incongruência entre fala e conduta: Carneiro trata de interpelações pejorativas de terrorismo que, por vezes, configuram acusações; Toledo explora um caso que, sendo ainda de nomeação (autodenominar-se torcedor do time X ou Y), é também sobre os poderes criativos da transgressão e subversão; a investigação de França discute as incongruências entre fala e conduta no universo masculino do sertanejo; dialogando com a teoria *queer*, Araujo reflete acerca das instabilidades que constituem relações de gênero entre euroamericanos e ameríndios; Costa trata da classificação e diferenciação de jovens neófitos no Alto Xingu, resultando na produção de alguns deles enquanto “bons lutadores” e, conseqüentemente, potencialmente “chefes”; a etnografia de Krüger trata de processos de apresentação, inscrição e reiteração que exploram a relação entre posicionalidade social e performance no universo do teatro.

Se o mundo social se caracteriza frequentemente pela tendência à manutenção das estruturas e/ou convenções, é preciso refletir, teórica e etnograficamente, acerca das condições de possibilidade tanto para a manutenção quanto para a transformação destas. No limite, o partido aqui adotado permite relativizar as próprias ideias de

“transformação” e “manutenção”: mais do que processos de naturezas distintas, temos a todo momento iterações em contextos particulares. Uma vez que os processos de iteração são sempre abertos, não é possível supor de antemão o que permanece e o que muda, o que é reproduzido e o que é produzido. Na verdade, pode-se afirmar que as percepções de “transformação” ou “manutenção” são, elas próprias, efeitos de perspectivas e posicionalidades particulares; de nomeações, pontos de vista e engajamentos específicos com o mundo e a linguagem. Esperamos que os textos a seguir, acompanhados das considerações feitas acima, possam inspirar reflexões sobre processos de constituição de sujeitos atentas a continuidades e rupturas, bem como a repetições e deslocamentos; às disjunções e sobreposições entre fala e conduta, corpo e linguagem; à porosidade da fronteira entre o constativo e o performativo. Nosso esforço vem juntar-se, assim, àquele empreendido pelos investimentos analíticos citados ao longo deste texto – por exemplo, a metaforização de Wagner; a performatividade de Butler; a minuciosa descrição de processos de constituição de categorias por McClintock – no sentido de refletir, teórica, histórica e etnograficamente, sobre processos de constituição de sujeitos levando em conta sua dimensão performativa e, portanto, transformativa.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. 2001. “Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation).” In: *Lenin and Philosophy and Other Essays*. Nova York: Monthly Review Press.
- AUSTIN, John. 1962. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. *O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp.
- _____. 2002. *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta.
- BRAH, Avtar. 1996. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Nova York: Routledge.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge.
- _____. 1997. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. Nova York: Routledge.
- CHAKRABARTY, Dipesh. 2007. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.
- CRENSHAW, Kimberle. 1991. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”. *Stanford Law Review*, 43(6): 1241-1299.
- DAVIS, Angela. 2016 [1981]. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- DERRIDA, Jacques. 1972. “Signature événement contexte”. In: *Marges de la philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. 1973 [1967]. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.

- _____. 1992. "Force of Law". In: D. Cornell et al. (orgs.), *Deconstruction and the Possibility of Justice*. Nova York: Routledge.
- _____. 2010 [1967]. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 2012 [1967]. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Lisboa: Edições 70.
- DULLEY, Iracema 2019. *On the Emic Gesture: Difference and Ethnography in Roy Wagner*. Londres: Routledge.
- FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.
- FOUCAULT, Michel. 1982. "The Subject and Power". *Critical Inquiry*, 8(4): 777-795.
- HALL, Stuart. 1996. "New Ethnicities". In: D. Norvey & Kuan-Hsing Chen (orgs.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Londres: Routledge.
- _____. 2000. "Old and New Identities, Old and New Ethnicities". In: L. Back & J. Solomon, *Theories of Race and Racism: a Reader*. Londres: Routledge.
- HOOKS, bell. 1981. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. Boston: South End Press.
- LACAN, Jacques. 1985. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MCCLINTOCK, Anne. 1992. "The Angel of Progress: Pitfalls of the Term 'Postcolonialism'". *Social Text*, 31/32:84-98.
- _____. 1995. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. Nova York: Routledge.
- PISCITELLI, Adriana. 2008. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". *Sociedade e cultura*, 11(2): 263-274.
- SAID, Edward. 2007 [1978]. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- SPIVAK, Gayatri. 1985. "Can the Subaltern Speak?". In: L. Grossberg & C. Nelson. (orgs.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press. pp. 271-313.
- WAGNER, Roy. 1972. *Habu: the Innovation of Meaning in Daribi Religion*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. 1986. *Symbols that Stand for Themselves*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. 2010 [1981]. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.